



O programa Kwenda em Angola: análise crítica e contributos a partir do município de Cacula

The Kwenda program in Angola: critical analysis and contributions from the municipality of Cacula

El programa Kwenda en Angola: análisis crítico y contribuciones desde el municipio de Cacula

António Dala Pereira¹

Administração da Cacula, Angola
cinosargefalcao@gmail.com

Elisa Mpingafana Massela²

Ministério da Educação de Angola
elisamassela@gmail.com

Resumo

O presente artigo analisa criticamente o Programa Kwenda, iniciativa angolana de transferência social monetária, no município de Cacula, província da Huíla. Parte-se do reconhecimento de que a pobreza extrema permanece um desafio estrutural, exigindo respostas contextualizadas. O estudo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, baseada numa amostra intencional de beneficiários residentes nas comunas de Cacula e Tchicuaqueia. Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semiestruturadas, observação directa e análise documental e tratados através da análise de conteúdo temática. A articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos permitiu avaliar a eficácia do programa na melhoria das condições de vida das populações beneficiárias. Os resultados evidenciam o papel da protecção social não contributiva e da responsabilização dos beneficiários como actores do desenvolvimento. Conclui-se que, apesar dos avanços, a sustentabilidade do Kwenda depende da sua institucionalização, do fortalecimento da agricultura familiar e de maior articulação intersectorial.

Palavras-chave: Kwenda, Protecção social, Angola.

Abstract

This article critically examines the Kwenda Programme, an Angolan cash transfer social initiative, in the municipality of Cacula, Huíla Province. It starts from the recognition that extreme poverty remains a structural challenge, requiring contextualized responses. The study adopts a qualitative, descriptive-analytical approach, based on a purposive sample of beneficiaries living in the communes of Cacula and Tchicuaqueia. Data were collected

¹ Licenciado em Teologia e Filosofia, Licenciando em História no Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla.

² Mestre em Geociências, Professora do II Ciclo do Ensino Secundário vinculada ao Instituto Superior de Ciências da Educação do Lubango.

through semi-structured interviews, direct observation, and document analysis, and were processed using thematic content analysis. The articulation between the theoretical framework and the empirical data made it possible to assess the programme's effectiveness in improving the living conditions of beneficiary populations. The results highlight the role of non-contributory social protection and the accountability of beneficiaries as actors of development. It is concluded that, despite the progress made, the sustainability of Kwenda depends on its institutionalization, the strengthening of family farming, and greater intersectoral coordination.

Keywords: Kwenda, Social Protection, Angola.

Resumen

Este artículo analiza críticamente el Programa Kwenda —una iniciativa estratégica de transferencia monetaria en Angola— a través del estudio de caso en el municipio de Cacula, provincia de Huíla. La investigación parte de la premisa de que la pobreza extrema persiste como un desafío estructural que demanda respuestas profundamente contextualizadas. Bajo un enfoque cualitativo de carácter descriptivo-analítico, el estudio se sustenta en una muestra intencional de beneficiarios residentes en las comunas de Cacula y Tchicuaqueia. La recolección de datos, realizada mediante entrevistas semiestructuradas, observación directa y análisis documental, permitió evaluar la eficacia del programa en la transformación de las condiciones de vida locales. Los resultados subrayan la importancia de la protección social no contributiva y posicionan a los beneficiarios como actores corresponsables de su propio desarrollo. Se concluye que, si bien el Programa Kwenda representa un avance significativo, su sostenibilidad a largo plazo depende de una sólida institucionalización, del fortalecimiento de la agricultura familiar y de una articulación intersectorial más robusta.

Palabras clave: Kwenda, Protección social, Angola.

Introdução

A pobreza constitui um dos principais desafios sociais e económicos de Angola, particularmente nas zonas rurais, onde a exclusão social, a insegurança alimentar e o acesso limitado a serviços básicos continuam a afectar amplos segmentos da população. Em resposta a este quadro, o Estado angolano tem implementado políticas de protecção social, entre as quais se destaca o Programa de Fortalecimento da Protecção Social – Kwenda, lançado em 2020, com o apoio do Banco Mundial, com o objectivo de reduzir a pobreza extrema e promover a inclusão social por meio de transferências monetárias e medidas de apoio ao desenvolvimento local.

Segundo o Banco Mundial (2020, p. 5), o Kwenda constitui “uma resposta estruturada aos desafios da pobreza extrema em Angola, visando a protecção dos mais vulneráveis com mecanismos sustentáveis de inclusão”. No entanto, a literatura e a experiência empírica indicam que programas de transferência monetária podem apresentar resultados diferenciados consoante os contextos institucionais, económicos e socioculturais em que são implementados, o que coloca em causa a sua eficácia automática em territórios rurais marcados por fragilidades estruturais, como é o caso do município de Cacula.

Neste contexto, o presente artigo analisa a implementação do Kwenda no município de Cacula, província da Huíla, onde o programa foi introduzido nas suas fases iniciais. O foco local permite examinar os seus impactos sociais e económicos, bem como as condições institucionais e comunitárias que influenciam os seus resultados.

A pesquisa orienta-se pela seguinte questão: em que medida o Programa Kwenda constitui uma resposta sustentável à pobreza em contextos rurais, como o de Cacula, e quais os seus limites estruturais? Para responder a esta questão, analisa-se o papel da responsabilização dos beneficiários, da institucionalização do programa, da articulação com a agricultura familiar e da integração intersectorial das políticas públicas, à luz de princípios de justiça social e equidade.

A relevância do estudo reside na necessidade de avaliar criticamente políticas públicas de protecção social a partir das realidades locais, contribuindo para o aperfeiçoamento de estratégias de combate à pobreza em Angola com base em evidências empíricas e enquadramento teórico.

Referencial Teórico

O combate à pobreza tem sido objecto de extensa reflexão teórica e prática, com abordagens que vão desde a carência de recursos até à negação de direitos e capacidades. No contexto africano, particularmente em Angola, a pobreza manifesta-se de forma multidimensional, exigindo políticas públicas que considerem não apenas indicadores económicos, mas também culturais, históricos e institucionais.

Sobre as implicações da assistência social como política pública, Teixeira postula o seguinte:

A assistência social como política pública de direitos de cidadania e dever do Estado, no campo da “dívida social ... com os excluídos”, portanto, da inclusão dos “invisíveis” ..., implica possibilidade de ampliar o alcance da cidadania e da protecção social, para uma lógica contrária à contributiva, e à “cidadania regulada” pela inclusão, pelo critério de cidadania, pelo direito à vida, à protecção social, independente de contribuição, embora mantenha o critério da necessidade. Todavia, a implementação de mudanças legalmente regulamentadas percorre uma trajectória de desafios, dificuldades e riscos de conservadorismos, mas também se podem apontar muitos avanços ou tentativas de superar a tradição histórica da área (Teixeira, 2009, p. 256).

Por sua vez, Sen (2010) destaca que a pobreza deve ser entendida como uma privação de capacidades básicas, mais do que apenas falta de renda. Para este autor, “o desenvolvimento deve ser avaliado em termos de expansão das liberdades reais das pessoas, não apenas pelo crescimento do PIB” (Sen, 2010, p. 19). Essa abordagem é particularmente relevante em realidades como a de Cacula, onde as privações são agravadas por fragilidades no acesso à educação, saúde e cidadania.

Silva defende que :

as políticas de combate à fome e à pobreza devem ser articuladas a partir da valorização da agricultura familiar e da participação comunitária, pois, sem o envolvimento activo das comunidades locais, os programas tornam-se apenas mecanismos de transferência de renda com pouco impacto transformador (Silva 2003, p. 47).

Assim, o Kwenda, compreendido como um Programa de Fortalecimento da Protecção Social, diz respeito a Transferências Sociais Monetárias, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 125/20, cujos objectivos perpassam por:

1. Fortalecer a Protecção Social com a implementação de um sistema de protecção social temporário, amplo, mediante a

atribuição de uma renda às famílias em situação de vulnerabilidade e a sua inclusão em actividades geradoras de rendimento, bem como o fortalecimento dos mecanismos de intervenção do Sistema Nacional de Protecção Social, por via do apoio institucional, metodológico e financeiro. 2. Atribuir uma renda mensal fixa no valor de Kz: 8.500,00 (oito mil e quinhentos kwanzas) às famílias em situação de vulnerabilidade. 3. Promover a inclusão produtiva que consiste na identificação de actividades geradoras de rendimento, seleccionadas de acordo com as especificidades dos grupos-alvo do Programa, no sentido de potenciar a capacidade produtiva, financeira e o poder de compra das famílias, de forma sustentável. 4. Beneficiar famílias em situação de pobreza e de vulnerabilidade. 5. Considerar como famílias em situação de vulnerabilidade, aquelas que vivem nos municípios com o maior número de pobres urbanos e rurais que se fixam nos dois últimos quintis do mapa de pobreza. 6. Seleccionar as famílias abrangidas pelo Programa devendo ter em conta a focalização geográfica nos bairros mais pobres dos municípios e a renda da família, tendo em conta a linha de pobreza considerada no mapa de pobreza do IDR 2018-2019 (DP 125/20, 2020).

Isso sugere que o sucesso do Kwenda dependerá da sua capacidade de se enraizar nas realidades locais e de fortalecer as economias comunitárias, priorizando o envolvimento activo dos seus beneficiários.

Na perspectiva da justiça social, Rawls (2002) propõe o princípio da diferença, segundo o qual as desigualdades só são aceitáveis se beneficiarem os mais desfavorecidos. Em sua visão, as instituições básicas da sociedade devem ser organizadas de forma a proporcionar os maiores benefícios possíveis aos menos favorecidos. A aplicação desse princípio em programas como o Kwenda exige atenção redobrada à sua equidade distributiva e à efectiva melhoria da condição dos mais vulneráveis.

Dussel (1998, p. 114), ao discutir a ética da libertação, critica modelos assistencialistas que tratam os pobres como meros objectos de políticas. Este autor defende que “os pobres são sujeitos éticos e políticos, cuja dignidade exige escuta e participação real nas decisões

que lhes dizem respeito”. Essa visão ético-crítica fortalece a necessidade de ouvir os beneficiários do Kwenda em contextos locais como o de Cacula.

Autores africanos também contribuem para a construção de uma teoria crítica da pobreza e da inclusão social. Para Ngoenha (2006, p. 82), por exemplo, “uma verdadeira libertação africana só será possível quando as políticas forem baseadas em valores comunitários e solidários: a pobreza em África não será superada com cópias de modelos exógenos, mas com práticas que reconheçam a força dos povos e a centralidade do comum”.

O referencial teórico deste artigo articula, portanto, contribuições da economia do desenvolvimento, da ética da justiça e da filosofia africana para pensar políticas públicas com base na dignidade, participação e sustentabilidade. O Kwenda, para além de uma política de protecção social, é aqui analisado como uma expressão das tensões entre modelos universalistas e respostas localizadas às desigualdades sociais.

Metodologia

O presente estudo adopta uma abordagem qualitativa, de natureza descritivo-analítica, orientada para a compreensão dos impactos sociais e económicos do Programa Kwenda, no município de Cacula, província da Huíla. A opção por uma metodologia qualitativa justifica-se pela necessidade de captar as percepções, experiências e estratégias de vida dos beneficiários, bem como os significados atribuídos à política pública no contexto local.

Desenho do estudo

A investigação foi estruturada como um estudo de caso (Yin, 2015), centrado no município de Cacula, seleccionado por integrar as fases iniciais de implementação do Programa Kwenda e por se situar num dos quintis de maior vulnerabilidade socio-económica em Angola. Esta escolha permite analisar de forma aprofundada as dinâmicas locais da política de protecção social em contextos rurais.

Participantes e amostragem

Foram entrevistados 10 beneficiários do Programa Kwenda, residentes nas comunas de Cacula-sede e Tchicuaqueia, seleccionados por meio de amostragem intencional, tendo como critérios:

- a) Estar inscrito no programa;

- b) Residir no município de Cacula;
- c) Estar disponível para participar na investigação.

Os participantes incluíram homens e mulheres, com idades entre 28 e 66 anos, engajados em diferentes actividades de subsistência, como agricultura familiar, comércio informal e cuidados domésticos.

Técnicas de recolha de dados

A recolha de dados decorreu por meio de três técnicas principais:

- **Entrevistas semi-estruturadas**, realizadas com os beneficiários, centradas nos seguintes eixos: uso do subsídio, impactos percebidos nas condições de vida, expectativas futuras e relação com o Estado;
- **Observação directa**, realizada durante visitas às comunidades, permitindo registar condições habitacionais, actividades económicas e formas de organização social;
- **Análise documental**, envolvendo relatórios do MASFAMU (Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher), do FAZ (Fundo de Acção Social), do CASI (Centro de Acção Social Integrada) de Cacula e documentos do Banco Mundial e do UNICEF relativos ao Programa Kwenda.

As entrevistas foram conduzidas em língua portuguesa e línguas locais, quando necessário, e os conteúdos relevantes foram registados em notas de campo.

Procedimentos de análise

Os dados foram tratados por meio da análise de conteúdo temática (Bardin, 2011). O processo analítico seguiu quatro etapas:

1. Leitura flutuante das entrevistas e notas de campo;
2. Identificação de unidades de sentido relacionadas com pobreza, uso do subsídio, inclusão produtiva e percepções do programa;
3. Agrupamento dessas unidades em categorias analíticas;
4. Interpretação das categorias à luz do referencial teórico.

A análise seguiu uma lógica dedutivo-indutiva, articulando conceitos teóricos (pobreza multidimensional, justiça social, protecção social) com os dados empíricos recolhidos no terreno.

Considerações éticas

Página | 91

A participação dos entrevistados foi voluntária, tendo sido garantidos o anonimato e a confidencialidade das informações, mediante o uso de códigos (P1, P2, conforme quadro abaixo) para identificação dos participantes.

A situação social do município de Cacula

O município de Cacula, localizado na província da Huíla, caracteriza-se por uma realidade socioeconómica marcada por múltiplos desafios históricos e estruturais. A maioria da população vive em situação de vulnerabilidade social, dependente essencialmente da agricultura familiar de subsistência, com limitado acesso a serviços básicos como saúde, educação, saneamento e segurança alimentar. A configuração rural do município e o seu relativo isolamento em relação aos principais centros urbanos contribuem para a reprodução de um ciclo persistente de pobreza multidimensional e exclusão social.

Estudos realizados por organismos como o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019), apontam que mais de 60% das famílias nas zonas rurais de Angola vivem abaixo da linha da pobreza, sendo as províncias do Sul – incluindo a Huíla – particularmente afectadas por factores como a estiagem cíclica, fraca infra-estrutura logística e baixa capacidade institucional local. O município de Cacula enquadra-se nesse panorama, com elevados níveis de desemprego juvenil, baixa literacia e frágil organização produtiva local.

Sob a óptica da justiça social, Sen (2000) defende que a pobreza não pode ser entendida apenas como ausência de rendimento, mas como uma privação de capacidades fundamentais para uma vida digna. No caso de Cacula, observa-se esta privação em múltiplas dimensões: nutricional, educacional, sanitária e participativa. Assim, as políticas públicas voltadas para esses territórios devem superar a lógica da assistência pontual, promovendo a inclusão produtiva, a valorização dos saberes locais e a articulação entre protecção social e desenvolvimento sustentável.

É importante salientar que, para além das carências estruturais, as comunidades locais mantêm práticas de solidariedade, partilha e cooperação, que configuram uma importante

base social e cultural para projectos de desenvolvimento. Como sublinha Ngugi wa Thiong'o (2009), o desenvolvimento em África deve partir do reconhecimento das práticas comunitárias e das linguagens culturais do povo, valorizando os saberes endógenos e a centralidade da vida em comunidade.

Neste cenário, o programa Kwenda surge como uma resposta do Estado angolano às exigências de uma política de protecção social mais abrangente, especialmente nas zonas rurais. Contudo, para que o impacto seja duradouro, é necessário que tal intervenção esteja ancorada num diagnóstico profundo da realidade local e que dialogue com os sujeitos sociais do território. Aliás, a respeito, Santos (2002, p. 23) escreve que, “não há justiça social sem justiça cognitiva”. Desta forma, a realidade de Cacula exige uma abordagem territorializada das políticas públicas, baseada na escuta activa das comunidades, na mobilização das suas potencialidades e numa visão de longo prazo para a transformação estrutural das condições de vida.

Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos dados empíricos recolhidos no município de Cacula, articulados com as fontes documentais e o referencial teórico, permite identificar tanto os avanços promovidos pelo Programa Kwenda quanto as suas limitações estruturais e operacionais no contexto local. Esta secção apresenta e discute os principais resultados do estudo, interpretando-os à luz de conceitos como pobreza estrutural, protecção social não contributiva, justiça distributiva e ética da alteridade, bem como de documentos oficiais e literatura especializada sobre políticas públicas de combate à pobreza.

Quadro síntese das percepções dos beneficiários do Kwenda em Cacula

O Quadro 1 apresenta as percepções de 10 beneficiários do Kwenda nas comunas de Cacula e Tchicuaqueia, destacando usos principais do apoio, avaliação do programa e expectativas futuras.

Participantes/idades		Localidade	Uso principal do apoio	Percepção do programa	Expectativa futura
P1 Mulher	38	Cacula-sede	Alimentação e material escolar	“Foi uma ajuda oportuna. Ajudou a salvar a família”.	Deseja continuidade e formação básica
P2 Homem	44	Tchicuaqueia	Criação de aves	“Comprei galinhas e agora tenho mais de dez”.	Quer apoio técnico.
P3 Homem	62	Tchicuaqueia	Compra de medicamentos	“Antes não conseguia pagar medicamentos, agora tenho uma farmácia”.	Espera que o programa não pare de ajudar as pessoas
P4 Homem	28	Cacula-sede	Tratamento da saúde e comprei comida	“Espero receber mais para começar um negócio”.	Pede orientação para gestão de pequenos negócios
P5 Homem	50	Tchicuaqueia	Compra de enxadas e sementes	“Já estou a colher alguma coisa”	Deseja obter formação agrícola
P6 Mulher	38	Cacula-sede	Apoio ao marido doente	“Pagamos consulta no Lubango e compramos medicamentos”.	Solicita inclusão em programas de saúde
P7 Mulher	45	Tchicuaqueia	Compra de roupa e utensílios domésticos	“Contribuiu para melhorar as condições de vida dos filhos”.	Deseja a ampliação do programa para mais famílias
P8 Mulher	29	Tchicuaqueia	Investimento em venda de carvão e hortícolas	“Considero o programa como uma porta para pequenos negócios locais”.	Espera formação em gestão de pequenos negócios
P9 Mulher	66	Cacula-sede	Apoio a netos e melhoria da habitação	“O meu sentimento é de reconhecimento por parte do Estado e alegria”.	Deseja que o programa se torne uma política permanente
P10 Homem	51	Tchicuaqueia	Reparação de telhado e compra de utensílios	“É a primeira vez que recebi algo do Estado”.	Espera mais apoio às famílias

A análise das entrevistas, observações e documentos permitiu identificar quatro categorias centrais que estruturam a experiência dos beneficiários do Programa Kwenda no município de Cacula:

- (i) uso do subsídio e satisfação de necessidades básicas;
- (ii) estratégias de investimento produtivo;
- (iii) percepções sobre o Estado e a política pública;
- (iv) limites estruturais à sustentabilidade do programa.

Uso do subsídio e satisfação de necessidades básicas

Todos os entrevistados relataram que o subsídio recebido foi prioritariamente utilizado para satisfazer necessidades imediatas, como alimentação, medicamentos, material escolar, vestuário e pequenas reparações habitacionais. Entre os dez participantes, oito referiram gastos directos com alimentação e saúde, enquanto outros dois mencionaram apoio à escolarização de crianças.

Uma beneficiária (P1, 38 anos) afirmou:

“Foi uma ajuda oportuna. Ajudou a salvar a família.”

Outro participante (P3, 62 anos) destacou:

“Antes não conseguia pagar medicamentos, agora tenho uma farmácia.”

Esses relatos indicam que o Kwenda desempenha uma função de protecção social básica, contribuindo para a redução de privações extremas no curto prazo.

Estratégias de investimento produtivo

Seis dos dez entrevistados afirmaram ter utilizado parte do subsídio para actividades geradoras de rendimento, sobretudo na agricultura familiar, criação de animais e comércio informal. Foram mencionadas a compra de galinhas, sementes, enxadas, hortícolas e produtos para revenda.

Um participante (P2, 44 anos) relatou:

“Comprei galinhas e agora tenho mais de dez.”

Uma beneficiária (P8, 29 anos) referiu:

“Uso o dinheiro para vender carvão e hortícolas.”

Estas estratégias revelam que, mesmo com valores limitados, os beneficiários procuram converter a transferência monetária em meios de sobrevivência produtiva. No entanto, nenhum dos entrevistados indicou que esses investimentos tenham alcançado estabilidade suficiente para garantir autonomia económica de médio prazo.

Percepções sobre o programa e relação com o Estado

A maioria dos participantes descreveu o Kwenda como a primeira experiência de apoio directo por parte do Estado. Um beneficiário (P10, 51 anos) afirmou:

“É a primeira vez que recebi algo do Estado.”

Página | 95

Vários entrevistados associaram o programa a sentimentos de reconhecimento e dignidade. Uma participante (P9, 66 anos) declarou:

“O meu sentimento é de reconhecimento por parte do Estado e alegria.”

Contudo, também emergiram percepções de desconfiança e ambiguidade. Um dos entrevistados afirmou:

“O governo só nos devolveu aquilo que nos tem roubado.”

Estes dados sugerem que o programa produz simultaneamente efeitos de inclusão simbólica e de distanciamento crítico em relação às instituições públicas.

Limites estruturais à sustentabilidade

Apesar dos efeitos positivos imediatos, todos os participantes apontaram limites importantes. Os mais mencionados foram: insuficiência do valor transferido, irregularidade dos pagamentos, ausência de formação técnica e fraca articulação com serviços de saúde, educação e agricultura.

A maioria expressou o desejo de continuidade do programa, associado à necessidade de capacitação e apoio produtivo. Um beneficiário (P5, 50 anos) afirmou:

“Gostaria de formação agrícola.”

Estes resultados indicam que, no contexto de Cacula, o Kwenda funciona sobretudo como mecanismo de alívio da pobreza, mas enfrenta restrições significativas para promover transformações estruturais duradouras.

Limites e desafios do Programa Kwenda em Cacula

Os resultados obtidos no município de Cacula confirmam que o Programa Kwenda exerce um papel relevante de protecção social não contributiva, ao reduzir privações imediatas relacionadas com a alimentação, saúde e escolarização. Estes achados são consistentes com a literatura internacional sobre transferências monetárias em contextos de pobreza extrema, segundo a qual tais programas tendem a produzir ganhos rápidos no consumo e na segurança alimentar (Mkandawire, 2005; Filomena & Cheron, 2021).

No entanto, os dados empíricos também evidenciam que estes ganhos permanecem limitados no tempo e na profundidade, o que corrobora a crítica de Sen (2000) de que a superação da pobreza requer a expansão de capacidades e não apenas o aumento temporário do rendimento. Em Cacula, a utilização do subsídio para pequenos investimentos produtivos – como criação de aves, agricultura e comércio informal – revela uma tentativa dos beneficiários de converter o apoio financeiro em meios de autonomia económica. Todavia, a ausência de formação técnica, crédito, mercados e infra-estruturas limita a consolidação destas iniciativas.

Do ponto de vista da justiça distributiva, os resultados sugerem que o Kwenda opera em conformidade com o princípio rawlsiano da diferença, ao direccionar recursos para os mais vulneráveis. Contudo, as dificuldades de cobertura, os problemas de cadastro e os atrasos nos pagamentos comprometem a equidade do programa e produzem exclusões involuntárias, fenómeno amplamente documentado em políticas focalizadas (Mkandawire, 2005).

A percepção ambivalente dos beneficiários em relação ao Estado – marcada simultaneamente por reconhecimento e desconfiança – revela uma dimensão simbólica fundamental das políticas públicas. Como argumenta Dussel (1998), políticas que não incorporam mecanismos de participação e escuta tendem a reproduzir relações de dependência e distanciamento, mesmo quando produzem benefícios materiais.

Adicionalmente, os limites logísticos e tecnológicos observados em Cacula confirmam a crítica de Ferguson (2006) acerca da importação de modelos administrativos descontextualizados que, frequentemente, ignoram as realidades institucionais e territoriais locais. Em contextos rurais com fraca infra-estrutura financeira e digital, a

execução de programas baseados em cartões e sistemas electrónicos tende a gerar novas formas de exclusão.

Em síntese, o Kwenda, tal como implementado em Cacula, revela-se eficaz como instrumento de alívio da pobreza, mas insuficiente como política de transformação social, reforçando a necessidade de uma abordagem intersectorial que articule transferência de renda, inclusão produtiva, educação e fortalecimento comunitário.

Propostas para uma abordagem mais sustentável da protecção social em contextos rurais como Cacula

A eficácia e sustentabilidade de programas de protecção social como o Kwenda dependem da sua capacidade de promover autonomia, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário, especialmente em contextos rurais como o de Cacula. A simples transferência de recursos monetários, embora urgente e necessária em situações de pobreza extrema, não é suficiente para romper com os ciclos intergeracionais de exclusão e vulnerabilidade.

Uma proposta fundamental é a integração da agricultura familiar ao Kwenda, como eixo estruturante do desenvolvimento local. Em Cacula, a maioria das famílias vive da agricultura de subsistência, mas carece de apoio técnico, acesso a sementes melhoradas, ferramentas agrícolas, canais de escoamento da produção e pontos de retenção de água para uma agricultura contínua, pois, muitas vezes, a agricultura apresenta-se descontinuada por causa da forte dependência às chuvas. Ao associar o programa a políticas de incentivo à agricultura camponesa e cooperativas locais, pode-se transformar a ajuda financeira num estímulo à produção e em rendimento endógeno (Schwartzman, 2005).

A experiência brasileira com o Bolsa Família, por exemplo, demonstra que, quando articulado com programas de saúde, educação e inclusão produtiva, os efeitos da transferência monetária são potencializados (Soares & Satyro, 2009). Da mesma forma, o programa Tekoporã, no Paraguai, combina assistência financeira com visitas domiciliares e apoio psicossocial, fortalecendo os laços comunitários e promovendo o desenvolvimento infantil (Veras Soares *et al.*, 2010).

O programa *Productive Safety Net* da Etiópia é também uma referência. Ele condiciona a transferência de recursos à participação dos beneficiários em obras públicas e projectos de reabilitação ambiental, promovendo tanto a protecção como a geração de emprego rural (Devereux & Sabates-Wheeler, 2004). Estes modelos mostram que a protecção social pode estar associada à produção de bens comuns e à revitalização ecológica dos territórios, aspectos particularmente importantes em regiões semiáridas como a Huíla.

Outra proposta relevante é o investimento em educação comunitária e literacia cívica, promovendo a capacitação dos beneficiários sobre os seus direitos, deveres e possibilidades de mobilização social. Isso reforça a cidadania activa e combate a dependência assistencialista, pois, em ética e alteridade, diz-se vezes sem conta que a justiça deve ser pensada a partir do rosto concreto do outro e não como abstracção estatal: é na escuta das vozes excluídas que se constroem políticas éticas.

Por isso, urge institucionalizar mecanismos de monitoramento participativo e de prestação de contas, permitindo que as comunidades acompanhem a execução do programa e contribuam para a sua melhoria contínua. A participação popular, como defende Santos (2007), é condição indispensável para a democratização do Estado e para o reconhecimento das epistemologias do Sul, ou seja, das formas de saber e organizar próprias dos povos historicamente silenciados.

Por fim, é necessário pensar a protecção social não como uma política separada, mas como parte de um pacto social mais amplo, voltado à redistribuição da riqueza, à justiça fiscal e à valorização dos territórios periféricos, bem como o estabelecimento de uma evidente dicotomia entre as políticas de carácter produtivo e aquelas destinadas à assistência social das unidades agrícolas familiares (Cazella, A. A, 2016 *et. al.*).

A efectivação de um programa sustentável em Cacula passa, portanto, pela formação das forças produtivas, valorização da cultura local, do conhecimento tradicional e da capacidade das comunidades de se organizarem em torno de suas próprias necessidades e aspirações.

Conclusão

A presente investigação procurou analisar criticamente o Programa Kwenda no município de Cacula, situado na província da Huíla, em Angola, evidenciando os seus avanços, limitações e possibilidades de transformação numa política pública verdadeiramente sustentável. Verificou-se que, apesar de representar um avanço importante no combate à pobreza extrema, o programa ainda opera com uma lógica predominantemente assistencialista, centrada na transferência monetária, sem articulação efectiva com estratégias de inclusão produtiva e valorização das capacidades locais.

A análise evidenciou a importância de integrar o Kwenda com políticas de apoio à agricultura familiar, educação comunitária, saúde básica e formação profissional, tendo como horizonte a promoção da autonomia dos beneficiários e o desenvolvimento local. Experiências internacionais e africanas demonstram que a sustentabilidade das políticas sociais depende da sua capacidade de promover não apenas o alívio imediato da pobreza, mas também a transformação estrutural das condições de vida dos mais vulneráveis.

No caso específico de Cacula, as práticas tradicionais de produção agrícola, a forte coesão comunitária e o conhecimento ancestral constituem activos que devem ser valorizados no desenho das políticas públicas. A protecção social não pode ser pensada apenas como um mecanismo técnico de redistribuição, mas como expressão ética e política do compromisso do Estado com a dignidade humana, sobretudo dos que historicamente foram esquecidos.

Deste modo, é urgente que se avance na institucionalização do programa Kwenda, garantindo estabilidade legal, financiamento contínuo, participação comunitária e integração com outras políticas públicas. A protecção social, para ser transformadora, deve assumir o desafio de construir justiça social a partir dos territórios, escutando os seus sujeitos e reconhecendo as suas vozes como protagonistas de uma nova concepção de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

Banco Mundial. (2020). *Kwenda: Programa de fortalecimento da protecção social em Angola – Relatório técnico*. Banco Mundial.

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edições 70).

Página | 100

Bernal-Guerrero, A., & Cangue, J. (2018). Leadership in Angolan teacher training schools. *International Journal of Educational Organization and Leadership*, 25(2), 1–15. <https://doi.org/10.18848/2329-1656/CGP>

Boaventura de Sousa Santos. (2007). *Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23–71). Cortez.

Cazella, A. A., Capellesso, A. J., Medeiros, M., Tecchio, A., Sencebe, Y., & Búrigo, F. L. (2016). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social*. *Revista Política e Sociedade*, 15(número especial), 49–79. https://doi.org/10.5007/2175_7984.2016v15nesp1p49

Chilundika, M., & Ngoma, A. (2021). *Rethinking social protection in rural Africa: Beyond cash transfers*. *African Development Journal*, 14(2), 55–70.

Decreto Presidencial n.º 125/20. (2020). *Programa de fortalecimento da protecção social – Kwenda*. Diário da República de Angola.

Dussel, E. (1998). *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Loyola.

Filomena, N., & Cheron, P. (2021). *O Programa Kwenda e os desafios da protecção social em Angola*. *Revista Angola Social*, 2(1), 45–67.

Ferguson, J. (2006). *Global shadows: Africa in the neoliberal world order*. Duke University Press.

Graziano da Silva, J. (2003). *Fome Zero: Uma proposta de política pública para o Brasil*. Fundação Perseu Abramo.

Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Relatório de indicadores sociais: Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS)*. INE.

Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2010). *Fundamentos de metodologia científica* (7ª ed.). Atlas.

Mamdani, M. (1996). *Citizen and subject: Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton University Press.

Mkandawire, T. (2005). *Targeting and universalism in poverty reduction*. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD).

Ngoenha, S. (2006). *Filosofia africana: Das independências à libertação do pensamento*. Texto Editores.

Ngũgĩ wa Thiong'o. (2009). *Descolonizar a mente: A política da linguagem na literatura africana*. Kapulana.

Rawls, J. (2003). *Justiça como equidade: Uma reformulação*. Martins Fontes.

Rawls, J. (2016). *Uma teoria da justiça*. Martins Fontes.

Santos, B. de S. (2002). *Pelo direito à diferença*. Afrontamento.

Schwartzman, S. (2005). *Educação, ciência e desenvolvimento*. Editora FGV.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.

Soares, S., & Satyro, N. (2009). *O Programa Bolsa Família: Desenho institucional e impactos nas condições de vida da população brasileira*. In I. Vaitsman, R. Paes-Sousa & L. F. B. Oliveira (Orgs.), *Avaliação de políticas de transferência de renda* (pp. 25–52). IPEA.

Teixeira, S. M. (2009). *Família na política de assistência social: Avanços e retrocessos com a matricialidade sócio-familiar*. *Revista de Políticas Públicas*, 13(2), 255–264.

Veras Soares, F., Ribas, R. P., & Hirata, G. I. (2010). *Impact evaluation of a rural conditional cash transfer programme on outcomes beyond health and education: Evidence from Paraguay's Tekoporã* (Working Paper No. 61). International Policy Centre for Inclusive Growth.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5ª ed.). Bookman.

Recebido: 2025-11-02

Aceite: 2026-01-22



Este artigo está licenciado sob a licença: [Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Ao submeter o manuscrito o autor está ciente de que os direitos de autor passam para a Revista Científica Mupanda.